



Isabela Maria Gonçalves Albernaz

Mulheres, patriarcado e o mundo do trabalho: um debate a partir das perspectivas russo-soviética e brasileira

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador (a): Raquel Barbosa Moratori.

Rio de Janeiro

2018

RESUMO

A limitação de atividades que possam vir a ser protagonizadas por mulheres é recorrente, principalmente, no âmbito laboral. A desigualdade de gênero perpetua-se até os dias de hoje nesse setor, podendo dificultar, algumas vezes, a ascensão social e profissional desse grupo. Neste contexto, esta pesquisa analisa o porquê e o como a sociedade patriarcal, historicamente, submete e desvaloriza a mulher a papéis secundários, inclusive no trabalho, assim como, apresenta a importância da luta feminista nesse âmbito da sociedade. O presente estudo realiza uma abordagem qualitativa sobre esse tema, através de uma revisão de literatura, tendo como principais descritores para o estudo: mulheres, patriarcado e movimento feminista. Este estudo se justifica pelo interesse da pesquisadora em compreender a realidade do grupo social do qual faz parte. Deste modo, é importante analisar essa problemática social e sua relação com a atribuição às mulheres de um perfil produtivo limitado, secundário e, conseqüentemente, desqualificado, reforçando a discriminação da mulher.

Palavras-chave: Mulher; Patriarcado; Movimento feminista.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	1
1.1 - OBJETIVOS	5
1.2 - METODOLOGIA	6
2 –CAPÍTULO 1 “O princípio: desvalorização do trabalho feminino a partir da “transição” para o capitalismo”.....	8
2.1- “Do Feudalismo ao Capitalismo”.....	8
2.2- “O processo de desvalorização do trabalho feminino”.....	12
3 – CAPÍTULO 2 “Luta por direitos das mulheres: movimento feminista russo-soviético e brasileiro em questão”.....	22
3.1- “Luta por direitos trabalhistas: movimento feminista russo-soviético”.....	22
3.1.1 “Alguns apontamentos sobre feminismo”.....	28
3.2 “Luta por direitos trabalhistas: movimento feminista no Brasil”.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero tem sido historicamente, respaldada em muitas culturas durante séculos. Aristóteles, por exemplo, apesar de ser considerado um homem muito à frente de seu tempo, dizia que “quanto ao sexo a diferença é indelével: qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade” (ARISTÓTELES, 2006, p.33 *apud* HIGA, 2016, p.486).

Com base na tese central do filósofo social e político, Friedrich Engels (1884), tem-se que, originalmente, a cultura da opressão e desvalorização da figura feminina teve seu início junto ao surgimento da propriedade privada, momento em que, segundo o teórico, ocorreu a “derrota histórica do gênero feminino”. Engels (1884), em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, destaca que em tempos antecedentes ao da agricultura extensiva e de excedentes, as mulheres participavam ativamente do mercado, sem apresentar nenhum tipo de característica de servidão. Tal posicionamento confirma a ideia de que a inferioridade da mulher foi construída de forma cultural, desqualificando, assim, a tese de que biologicamente esse grupo merecesse estar abaixo da imagem masculina. Desse modo, tem-se Engels como uma referência principal para a compreensão da categoria de análise fundamental desse estudo, que é o patriarcado.

Em relação ao mercado de trabalho na sociedade capitalista desenvolvida, a figura masculina, com base na divisão patriarcal de tarefas mantém-se historicamente em cargos de maior prestígio social e econômico perante as mulheres. Elas, partindo de uma ideia, segundo Friedan (1917), bastante vendida pela indústria americana no período pós-guerra, passam a ser o principal grupo protagonista dos afazeres domésticos e da criação da prole, apresentando dificuldades de romperem com esse vínculo, mesmo exercendo tarefas externas.

Acreditar que há uma diferença inerente entre homens e mulheres, principalmente, em relação ao seu caráter produtivo, acarreta no fortalecimento de um mito sobre a “essência feminina”. Esta por sua vez, ao sujeitar “naturalmente” as mulheres ao trabalho doméstico, acaba por impor certo limite as habilidades femininas, desqualificando sua mão de obra e dificultando

sua inserção no mercado de trabalho. (GALVANNE *et al*, 2015). Logo, não é por acaso que a desigualdade de gênero tenha se fortificado tanto no ramo do trabalho.

Neste contexto, este projeto tem como objeto os desafios, comumente, enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho no século XXI. As motivações para a escolha deste tema estão relacionadas a três questões centrais abaixo discriminadas.

A pergunta da pesquisa é então por que, e como, a sociedade patriarcal burguesa submete as mulheres a um trabalho de menor reconhecimento social e como isso se expressa na atualidade brasileira.

A hipótese defendida é que a entrada da mulher no mercado de trabalho se dá por uma necessidade econômica, principalmente de substituição do homem em contextos de guerras, e não como reconhecimento de sua capacidade de produção dentro da sociedade. De outro modo, a mulher atual encontra-se mais presente e atuante em cargos antes hegemonicamente masculinos, todavia, tal superação, principalmente na área da educação e especialização, não ocorreu para todo o grupo, estando ainda restringida para uma parte com maior apropriação econômica.

Deste modo o objetivo geral desta pesquisa é analisar o porquê e o como a sociedade capitalista, historicamente, submete e desvaloriza a mulher a papéis secundários no mundo do trabalho.

Para tanto, pretende-se realizar essa pesquisa a partir de discussões teóricas que reconstruam os principais desafios que as mulheres enfrentaram no mercado de trabalho, recorrendo a conceitos que, permitirão a compreensão dessa problemática.

Primeiramente, do ponto de vista pessoal da pesquisadora: por minha condição de mulher e desejo de fazer parte de um mercado de trabalho com mais reconhecimento profissional, remuneração digna e sem segregações sexistas, me interesse pela realidade do gênero neste contexto. Em segundo lugar, entendo também a importância de analisar que essa problemática social é responsável por atribuir às mulheres um perfil produtivo limitado, secundário e, conseqüentemente, desqualificado, reforçando a discriminação da mulher no meio laboral.

Segundo uma pesquisa desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2007, o índice de mulheres desempregadas era 3,9% superior ao dos homens, o que só confirma ainda mais a diferença da valorização de mão de obra desses dois grupos, resultado da

divisão sexual do trabalho no mundo capitalista. Assim, a terceira questão central que motivou este estudo se refere ao interesse para a mulher inserida no mercado de trabalho que esse debate esteja cada vez mais presente no meio acadêmico, a fim de que os reais aspectos que fomentam a desigualdade de gênero sejam mais bem compreendidos e o possível fator biológico, muitas vezes utilizado para manter essa diferença, possa ser devidamente questionado.

Diante desses questionamentos levantados anteriormente, percebe-se que essa designação de tarefas no mundo do trabalho é diferente para homens e mulheres e que, hegemonicamente, observa-se uma desqualificação da mão de obra feminina, tanto nos cargos ocupados por elas quanto pela remuneração que lhes é atribuída. Outro desafio refere-se às dificuldades de sua inserção nesse mercado, tanto por associá-las diretamente a atividades domésticas e/ou de cuidado, quanto por evidenciar suas inserções historicamente precárias e subordinadas no mercado de trabalho.

Observa-se também, dificuldades no que se refere a sua respectiva permanência, frequentemente ameaçada pela questão da desigualdade de gênero, já que são as primeiras a serem demitidas em situações de crise econômica, de afastamento para licença maternidade através de justificativa de produtividade ameaçada já que acumulam diversas jornadas de trabalho. Sendo assim, buscam-se responder quais são os problemas, predominantemente, enfrentados pelas mulheres no âmbito laboral, na sociedade contemporânea.

Por meio da elaboração do presente estudo, pretendeu-se analisar o porquê e como se fez a submissão histórica da mulher a condições precárias, desvalorizadas e secundárias no mercado de trabalho. A mão de obra feminina passou a apresentar características de servidão, atreladas a afazeres impostos socialmente, tais como o dever exclusivo pelo trabalho doméstico e criação da prole, resultando, assim, na limitação de sua produtividade e ascensão no mundo laboral.

Objetivo geral

Analisar o porquê e o como a sociedade capitalista, historicamente, submete e desvaloriza a mulher a papéis secundários no âmbito laboral.

Objetivos específicos:

1. Identificar os principais fatores que influenciaram na desvalorização histórica da mulher no mercado de trabalho, a partir da implantação da sociedade capitalista.

2. Apresentar uma perspectiva histórica da luta por direitos das mulheres, a partir do movimento feminista russo-soviético.
3. Analisar o movimento feminista brasileiro, relacionando aspectos dessa discussão com a situação atual das mulheres trabalhadoras no país.

METODOLOGIA

O estudo realizou uma abordagem qualitativa sobre o tema que, segundo Minayo (2001), utiliza-se do universo dos significados, crenças, motivos, princípios e atitudes, aprofundando mais nas relações que, por sua vez, não podem ser quantificadas.

Utilizou como estratégia de pesquisa a revisão da literatura, principalmente, por meio da busca principal nas bases de dados Scielo, tendo como bases referenciais os seguintes descritores: mulheres, patriarcado e movimentos feministas.

A escolha de tal estratégia de pesquisa justifica-se pelo fato da abordagem histórica, realizada ao longo do estudo, ter sido apresentada, majoritariamente, através da revisão crítica de textos teóricos, da análise de dados importantes para a pesquisa, além da intertextualidade entre os livros e artigos utilizados durante a construção.

Para realizar a discussão proposta na pesquisa, serão analisados, principalmente, os livros, “A situação da classe trabalhadora inglesa”, de Friedrich Engels (1845), “Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva”, da autora Silvia Federici (2017), “A Revolução das mulheres”, de Gabriela Schneider (2017), e a pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015”, de Fontoura *et al* (2016), divulgada pelo IPEA.

A utilização dessas obras, além dos artigos científicos posteriormente analisados, justifica-se pelo embasamento teórico presente em tais textos, que representam tópicos e assuntos necessários para a discussão central da pesquisa.

No Quadro 1 a seguir, encontram-se alguns dados e fontes componentes da pesquisa que auxiliaram na discussão teórica da problemática apresentada.

Quadro 1: Descritores de Pesquisa

Descritores	Total	Escolhidos	Crêterios de escolha
Mulheres no mercado de trabalho	240	2	1. O artigo em questão consegue trazer os desafios das mulheres em rela�o aos homens no mercado de trabalho; 2. Homens vêm se negando a ocupar cargos vistos como femininos, porém, são justamente esses que estão em progresso e vêm se destacando no mercado de trabalho.
Desigualdade de gênero no trabalho	54	2	1. Discute sobre alguns aspectos no meio de produ�o do trabalho que reforçam a desigualdade de gênero e, em acréscimo, supõe um possível fim na divisão sexual do trabalho (soluço). 2. Através de uma abordagem histórica, a autora explica o porquê do �ndice de mulheres empreendedoras está aumentando.
Divisão Sexual no trabalho	68	1	1. Busca explicar como se deu a origem do conceito de divisão do trabalho e como esta se mostra de diferentes formas atualmente.

A estrutura textual dos capítulos consiste, primeiramente, na análise da desvaloriza o do labor feminino a partir da implanta o do capitalismo, destacando os impactos do patriarcado na problemática. Posteriormente, o modelo organizacional do movimento feminista russo-soviético e suas principais pautas para igualdade entre os sexos, inclusive no trabalho, foram estudados, remetendo-se ao cultivo social de estereótipos femininos, tido como inferiores, analisado também na primeira parte. Por último, o progresso do movimento feminista no Brasil, a expansão de tal ideal para o máximo de camadas sociais possíveis, além da análise de dados referentes às mulheres no mercado de trabalho, foram estudados para o desfecho da pesquisa.

CAPÍTULO 01 – O princípio: desvalorização do trabalho feminino a partir da “transição” para o capitalismo.

O presente capítulo tem como objetivo identificar os principais fatores que influenciaram na desvalorização histórico-social da mulher, principalmente, no mundo do trabalho, a partir da implantação da sociedade patriarcal capitalista. Para tanto, serão considerados, principalmente, as discussões teóricas dos livros “CALIBÃ E A BRUXA: Mulheres, corpo e acumulação primitiva”, da autora Silvia Federici (2017) e “A situação da classe trabalhadora inglesa”, de Friedrich Engels (1845) a fim de encontrar os pontos de origem da problemática feminina, enfaticamente na Europa, trazidos por tais autores.

1.1- Do Feudalismo ao Capitalismo

O livro da autora Federici (2017) apresenta como teor principal a análise do início da atuação do sistema capitalista na sociedade e como tal “transição”, embora secular, impactou a vida laboral feminina até os dias atuais. Vale ressaltar, portanto, que a autora não se remete ao capitalismo como o ponto de partida da desvalorização da mão de obra da mulher, mas sim, como um período em que tal desigualdade foi acentuada entre os indivíduos.

Inicialmente, tem-se que a ruptura do sistema feudal e o início da estruturação do capitalismo, segundo Federici (2017), aconteceram de forma bastante trágica para a população mundial da época, principalmente, para os mais pobres. Isso porque, para atingir os objetivos do capital, a classe dominante buscou, a todo custo “(...) se apropriar de novas fontes de riqueza, expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando.” (FEDERICI, 2017, p. 115).

Nesse contexto, o termo “transição”, usado para indicar uma mudança histórica entre os dois sistemas econômicos e sociais apontados acima, é questionado pela autora, tendo em vista que tal conceito demonstra uma ideia de uma transformação social civilizada, não destacando realmente os conflitos, diversas guerras e mortes ocorridas em tal época.

O período analisado, pela autora, tinha, como reflexo, intensos conflitos sociais ocorrendo, majoritariamente, contra classes menos abastadas da época. Assim, tem-se a violência

como um dos principais instrumentos de poder econômico e de dominação, reforçando a ideia de que “O termo “transição”, então, é incapaz de evocar as mudanças que abriram o caminho para a chegada do capitalismo e das forças que conformaram essas mudanças.” (FEDERICI, 2017, p. 116)

A partir disso, Federeci (2017) busca remeter-se a “troca” de sistemas por meio do termo “acumulação primitiva”, introduzido por Marx em sua obra “O Capital”, pois tal nomenclatura seria eficaz no que se refere à abrangência de todas as reais condições demográficas, econômicas, políticas e sociais oriundas desse processo. Ademais, a autora traz, em sua obra, que o sentido de “acumulação” reforça um dos principais ideais do capitalismo: aglomerar o máximo possível e imaginável de trabalhadores e capital em prol do sistema. Posteriormente, a ideia de “acumulação” passa a se estender para um maior empobrecimento da população, que por sua vez aumentaria os ataques de rebeliões, acentuando os índices criminais da época.

Analogamente, Engels destaca que, em um determinado recorte temporal, o surgimento do proletário se fez, também, a partir do interesse da classe dominante em incitar a concorrência entre os trabalhadores locais, visando, prioritariamente, o aumento de arrecadação monetária, concentração do monopólio e um forte “exército reserva de mão de obra”¹. Sendo assim

[...] desde o início da revolução industrial, a concorrência deu origem ao proletariado: aumentando o salário dos tecelões, pelo crescimento da demanda de tecidos, ela induziu os camponeses-tecelões a abandonar a agricultura e dedicar-se apenas à tecelagem para ganhar mais. (ENGELS, 1845, p.117)

Isto é, a concorrência foi uma das armas mais eficientemente portadas pelos proprietários de máquinas e donos de fábricas, com o intuito de instaurar a “guerra de todos contra todos” e provocar a eterna disputa do próprio proletário pelo lugar de trabalho, ação, ainda, extremamente refletida na sociedade capitalista do século XXI.

A partir do fato histórico da acumulação primitiva, começaram, também, a se salientar as hierarquias de gênero e raça no meio laboral, a fim de reforçar a dominação da classe dominante sobre a trabalhadora, por meio da difusão do proletariado. A autora analisa que “foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que hierarquias [...] se

¹ “Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx na sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas” (TRINDADE, 2013)

tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (FEDERECI, 2017, p. 119).

Consequentemente, a autora traz que o capitalismo implantou o viés de exploração da mão de obra, disfarçando-o de “trabalho livre”, a fim de, segundo Engels (1845), atribuir ao proletariado a ideia de que estariam, por sua própria conta e risco, vendendo sua força de trabalho e se submetendo às condições propostas pela classe dominante. Segundo Silvia Federeci, portanto,

Não podemos, [...] identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem [...] Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta. (FEDERECI, 2017, p. 119).

Há todo momento buscava-se a aglomeração de forças de trabalho, com o intuito de acumular o máximo de riquezas que fosse possível para a classe dominante. A partir dessa ideia, Federeci (2017) traz que “[...] quando olhamos para o começo do desenvolvimento capitalista, temos a impressão de estar num imenso campo de concentração.” (FEDERECI, 2017, p. 120).

Tal comparação se dá por conta da ascensão capitalista ter usufruído, desde seus primórdios, de drásticos meios para conseguir a acumulação do seu exército de mãos de obra. Dentre tais medidas, encontram-se os “cercamentos”² as marcações de fogo, além da perseguição cada vez mais forte aos “vagabundos”³ e mendigos, que se viam, segundo a autora, encarcerados em “*workhouses*”, casas que, futuramente, serviriam como inspiração para o sistema penitenciário. Além disso, Federeci (2017) também se remete ao marco das grandes navegações, no que diz respeito ao objetivo da acumulação do trabalho, pois traz o surgimento do tráfico de escravos, no continente Americano, e a transportação de “servos contratados” como exemplos das condições que a classe dominante europeia submetia o seu futuro proletário.

² “Cercamentos é o processo de exclusão dos trabalhadores de seu meio de sustento, as terras produtivas, na transição do feudalismo para o capitalismo, mediante sua transformação em propriedade” (LINK et AL, 2015)

³ “os vagabundos [...] em suma, toda a massa indefinida, desintegrada, jogada aqui e acolá, denominada pelos franceses de a boemía” (MARX, 1851-1852: 149 apud VAN DER LIDEN, 2016, p.92)

Desse modo, além de trazer sua tendência significativa de impor o trabalho escravo e forçado para todos os povos, inclusive os que julgavam inferior ao europeu – como no caso dos nativos da América e África- ainda há o reforço do pensamento Marxista sobre as consequências da introdução do capital, ao analisar, metonimicamente, que tal sistema está “escorrendo sangue e sujeira dos pés à cabeça” (MARX, 2006, t. I, p.950 *apud* FEDERECI, 2017, p. 120).

Apesar de todo contexto genocida ao qual estavam expostos, Federeci (2017) traz a existência de que uma forte resistência proletária acontecia, seja em represália aos impostos abusivos, à privatização das terras, ou até mesmo lutas contra o abuso de poder militar existente. Embora houvesse muitos castigos coercitivos para a massa, a mobilização era tanta ao ponto de muitas delas exigirem das autoridades uma intervenção das tropas militares. (GOUBERT, 1986)

Nesse contexto, dentre tantos almejos da classe dominante e “simpatizante” do capital, trazidos pela autora, os principais para o presente estudo se relacionam com a intervenção do Estado no cenário trabalhista da época, além de suas futuras ações a respeito da sociedade e, mais precisamente, da figura feminina.

Tem-se que tal presença governamental se deu a partir do descontrole causado pela miséria, extrema rebeldia, alto índice de vagabundos e mortes excessivas no continente europeu. Federeci (2017) traz que as principais medidas estatais, de início, para obter um maior controle da classe trabalhadora e de seus possíveis conflitos eram a instauração de uma disciplina social e a coibição de tal grupo no meio social.

Uma das teorias trazidas pelo filósofo Engels (1845) a respeito da classe trabalhadora e suas desvantagens no meio social, relaciona-se com o protecionismo estatal para com a burguesia. O Estado por sua vez, reforça a soberania da classe dominante, direta ou indiretamente, não oferecendo condições para que os mais pobres possam viver por si, restringindo, desse modo, os meios de subsistência do proletariado em mãos exploradoras da sua mão de obra. “Eis por que o proletariado, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte.” (ENGELS, 1845, p.118)

A intervenção Estatal na problemática das repressões iniciou um processo de perseguição à classe trabalhadora, principalmente feminina, mais intensa na medida em que buscavam

privatizar e restringir fortemente o corpo, pensamento e ações do proletário a todo custo. Segundo a autora, foi por meio de tal presença mais exacerbada

[...] que o Estado começou a reivindicar a “propriedade” da mão de obra, ao mesmo tempo em que instituía uma “divisão do trabalho” capitalista dentro da própria classe dominante. Essa divisão permitia que os empregadores renunciassem a qualquer responsabilidade na reprodução dos trabalhadores, com a segurança de que o Estado interviria, seja por meio de recompensas, seja por meio de punições, para encarar inevitáveis crises. (FEDERECI, 2017, p. 164)

A partir dessa ideia, pode-se trazer que tinham receio, portanto, Estado e classe dominante, que um simples trabalhador a outros se juntasse, a fim de aceitar a miséria e a fome ao invés de se submeter às péssimas condições trabalhistas oferecidas pelos empregadores. “Se todos os proletários afirmassem sua decisão de morrer de fome a trabalhar para a burguesia, esta seria obrigada a renunciar ao seu monopólio.” (ENGELS, 1845, p.118)

Sendo assim, a instauração de uma nova cultura de trabalho dividida sexualmente, por exemplo, agravou-se ainda mais a partir de “um ataque lançado contra todas as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas [...] que haviam servido para criar laços e solidariedade entre os trabalhadores.” (FEDERECI, 2017, p. 162). Isto é, quaisquer que fossem as possíveis alianças entre homens e mulheres trabalhadoras deveriam ser desfeitas, estruturalmente, para que não se fortificassem e se revoltassem contra os superiores.

A partir desse contexto, o movimento da “caça as bruxas” ganhou espaço e, junto a ele, um controle estatal cada vez mais imponente ao corpo feminino e sua sexualidade.

1.2 – O processo de desvalorização do trabalho feminino

O contexto histórico em que as mulheres, principalmente proletárias, passam a ter sua liberdade laboral ameaçada, segundo Federeci (2017), culmina-se com as medidas de restrição sexual e reprodutiva lançadas a esse grupo, no período de introdução ao capital, por conta de uma intensa escassez de mão de obra, tanto na Europa quanto no continente europeu.

Desde a busca por forças de trabalho forçado até a formação do proletário, em uma sociedade capitalista, o operário foi de fato um escravo, conforme a análise de Engels (1845). Tal fato ocorre por conta do indivíduo a ser explorado, ter como atribuição um perfil de “mercadoria”

disposto a ser vendido, trocado ou ter o preço negociável em quaisquer circunstâncias, sendo assim na escravatura, em tempos de Conquista e donos de engenhos, ou mesmo no capitalismo moderno, em que o operário vende sua mão de obra, tornando-se posse de toda a classe dominante.

A partir disso, tem-se que a busca incessante pela dominação da força de trabalho dos mais pobres originou diversas perdas de mão de obra para os superiores. A relutância do proletário europeu em reproduzir uma força de trabalho desvalorizada citada acima, fez com que diversos conflitos nas grandes cidades e a extrema miséria resultassem em mortes. Ademais, a conquista da América e o anseio em findar a escravidão por tempo indeterminado transformaram em escasso o cenário da busca por mão de obra. “Em menos de um século, contando a partir da chegada de Colombo ao continente americano, o sonho dos colonizadores de uma oferta infinita de trabalho [...] foi frustrado.” (FEDERECI, 2017, p.167)

A autora ressalta que a chegada dos europeus à América caracterizou altos índices genocidas do povo nativo, uma vez que, somadas à brutalidade dos colonizadores, muitas doenças contagiosas foram disseminadas pelo território, afetando bruscamente os que lá viviam. A falta de oferta da mão de obra na América passava a ser real e afetou gravemente diversas regiões em forma de um “colapso populacional”.

É de suma importância também destacar as péssimas condições dos navios negreiros que vinham transportando africanos sequestrados, futuramente, transformados em mão de obra escrava, pois, na maioria das vezes, muitas dessas pessoas nem sequer chegavam vivas ao destino final, morrendo de fome, doenças oriundas da falta de higiene e humanização (FEDERECI, 2017)

Todo o contexto apresentado até então, traduz o início da intensificação no movimento da caça às bruxas, introduzido durante a inquisição e caracterizado, segundo Schober (2003) como a dominação do homem sobre a reprodução feminina. “Do fim do século XIV até meados do século XVIII, tidos como séculos de "caça às bruxas" as mulheres foram duramente reprimidas e morreram aos milhares. Era perigoso ser mulher [...]” (SCHOBER, 2003, p. 53)

A partir do declínio populacional e demográfico causado pela crise, Federeci (2017) traz que o Estado passa a regular restritamente, através de métodos disciplinares, a influência que a mulher tinha a respeito de uma possível gravidez.

Dentre os motivos que impulsionaram tal determinação, há o aumento da privatização da propriedade – tema abordado por Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” como um dos responsáveis pelo declínio da mulher na sociedade – além das relações econômicas burguesas abaladas pelo alto índice de mortalidade “[...] geraram uma nova ansiedade com relação à paternidade e à conduta das mulheres.” (FEDERECI, 2017, p. 170).

A necessidade um crescimento populacional resultou, conforme a análise de Federeci (2017), inclusive, na exaltação do mercantilismo, tendo em vista que, embora transportassem criminosos à América e investissem no tráfico negreiro, tinham tais meios utilizados validados por terem o objetivo de buscar a riqueza da “nação” através da manutenção estrutural da pobreza.

Simultaneamente, espelhando-se em medidas tomadas em tempos de Império Romano, países como Inglaterra e França iniciam a adoção e promulgação de leis que estimulam o aumento da taxa de natalidade. Assim, segundo a autora, o casamento direciona-se para um viés de “contrato” e o celibato passa a ser considerado um crime, com o apoio líderes religiosos da Reforma Protestante.

Outra medida pró-natalista estatal foi a supervisão da sexualidade feminina na Europa, a fim de controlar, de forma mais certa, a família, tal como uma das principais instituições que favoreceriam a economia da sociedade capitalista no século XVI. A autora traz que

[...] o início do registro demográfico e da intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar [...] a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução. (FEDERECI, 2017, p.174)

De tal modo, medidas estatais passam a agir contra todo e qualquer tipo de método que impossibilitasse uma gravidez, condicionando a penas severas aquelas mulheres que fizessem uso de anticoncepcionais ou decidissem interromper sua gravidez. Era necessário que toda mulher prestasse contas quando um filho nascesse, caso contrário, se o bebê morresse antes do batismo, a culpa pela morte recaía sobre a responsabilidade materna. (Federeci, 2017). Junto a tais medidas, a origem do preconceito a mães solteiras findou-se e sistemas passavam a ser criados com a intenção de vigiá-las, proibindo assim qualquer apoio prestado a essas mulheres.

O medo de que o infanticídio se alastrasse fez com que as autoridades locais iniciassem perseguições até às parteiras, pois havia a suspeita de que essas fossem possíveis bruxas e assassinassem crianças após o parto. Para continuarem suas tarefas sem ameaças penais constantes, tais mulheres tinham que se tornar “espiãs” do Estado, relatando todos os processos requeridos para investigação do parto.

Atitudes como a descoberta, feita por parteiras, dos pais de crianças nascidas fora do matrimônio até a possível insuficiência de esforço durante o parto eram passíveis de castigo para a figura feminina que estivessem refém de tal coerção. (Rublack, 1996, p.92 *apud* Federeci, 2017, p. 178).

As mulheres tornaram-se escravas do Estado e tiveram sua procriação restringida aos interesses do capital, desmitificando parte do romance que é imposto a gravidez e sua essência histórica. Seus corpos tornaram-se pontos de encontro em comum entre Estado e classe dominante patriarcal, cujos desejos deveriam ser atendidos, quaisquer que fossem as circunstâncias e mesmo contra a sua vontade. “Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofrido por uma mulher ao ver seu corpo se voltando contra si mesma, como acontece no caso de uma gravidez indesejada.” (FEDERECI, 2017, p. 180)

Em acréscimo, a questão do aborto e sua criminalização surgem a partir do período de perseguição a figura feminina. Na Idade Média, combinação de substâncias preparadas a partir de ervas era comum para estimular a menstruação. Federeci (2017) traz que a proibição dos métodos contraceptivos impediram as mulheres desse controle e levaram tal ação para o caminho da clandestinidade. “[...] quando o controle da natalidade apareceu novamente no cenário social, os métodos contraceptivos já não eram do tipo que as mulheres podiam usar, mas foram especificamente criados para o uso masculino.” (FEDERECI, 2017, p. 181)

O uso de mulheres nas famílias burguesas como produtoras de herdeiros – um dos poucos apontamentos feitos por Marx em relação à perseguição às mulheres - era nitidamente intensificado com o passar dos anos. No entanto, segundo a autora, o sociólogo nunca considerou em suas análises a exploração do corpo feminino e sua reprodução como chave de crescimento para o capitalismo.

Nesse contexto, o número de médicos nas salas de parto aumentou consideravelmente, ocasionando na perda do espaço feminino na execução dos partos e levando a

“[...] marginalização das parteiras [...] processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, sendo reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto médicos homens passaram a ser considerados como “aqueles que realmente davam vida” (FEDERECI, 2017, p.177)

Similarmente ao acontecido na Europa ocidental, as escravas africanas localizadas em colônias americanas tinham seus corpos invadidos e usados assim como sua mão de obra pelos senhores de Engenho. Federeci (2017) traz que após a proibição do tráfico negreiro, muitas escravas eram forçadas a procriar novos trabalhadores para as *plantations* de seus “donos”.

Desse modo, tem-se um panorama mais agravante ao qual estavam expostas as escravas, uma vez que agressões sexuais eram rotineiras e mais naturalizadas, assim como a venda em leilões de seus filhos. Assim, “a condição de mulher escrava revela de uma forma mais explícita a verdade e a lógica da acumulação capitalista” (FEDERECI, 2017, p. 178)

O reflexo da relação entre Estado e classe dominante também é transmitido por meio da criminalização sobre o controle que as mulheres exerciam sobre sua sexualidade, perpassando pela reprodução e liberdade sexual, impactando na sua representatividade no meio do trabalho. A partir da imposição da maternidade como uma força de trabalho em prol do sistema, Federeci (2017) analisa que, então, começa a se configurar uma divisão sexual do trabalho, que condiciona a mulher a um papel de “não trabalhadoras” e responsáveis pela procriação.

Através da hierarquia entre os sexos, mulheres tinham sua produtividade restringida ao perfil cuidadoso, tido como inerente, com a casa e com os filhos, impedindo-as de ascender no mercado de trabalho e limitando suas funções no mesmo. Galvanne *et al* (2015) compreende que tais “concepções estereotipadas” acabam por reforçar a ideia da submissão feminina, desvalorizam seu papel dentro de organizações e tornam suas condições de trabalho precárias.

A autora remete-se a suposição criada, nesse período, de que a mulher deveria ser submissa às ordens masculinas, devendo viver exclusivamente para a família e afazeres do lar. Consequentemente, o valor de sua produtividade e seu espaço no mundo do trabalho foi perdido, inclusive em atividades que eram protagonistas, momento em que autoridades locais proibiam muitos comerciantes de aceitarem o que era feito por mulheres, coibindo-as. Assim,

[...] se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de um “trabalho doméstico” ou de “tarefas de dona de casa”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como “produtivo”(FEDERECI, 2017, p. 183)

Todo e qualquer tipo de trabalho realizado passaria, então, a ter características de tarefa do lar, mesmo que desejasse externa-lo. Em relação aos dias de hoje, pode-se analisar o alto índice de mulheres donas do lar, trabalhando como domésticas e sendo alvo de desvalorização constante, também, a partir da implantação de tal cultura secular. Pode-se, por tanto, desconstruir argumentos baseados em uma ideologia naturalista que, segundo Hirata e Kergoat (2007), constrói-se por meio da designação de tarefas a partir do sexo biológico, buscando explicações respaldadas na ciência.

Federeci (2017) refere-se à Wiesner ⁴para destacar que, embora não de forma unânime, muitas mulheres encaravam a situação de inferioridade quanto ao seu valor no trabalho, como “normal”, aceitando tal submissão e se desculpando ao pedir algum serviço.

A autora ressalta que se por ventura, alguma mulher viesse a receber por um serviço prestado, jamais seria o suficiente para que ela pudesse se sustentar, tamanha que era a descrença da independência feminina e a vontade mantê-las em um patamar abaixo ao do homem.

De forma análoga, a partir do século XVIII, as mulheres passam a fazer parte da realidade industrial, sendo alvo de salários precários e péssimas condições de trabalho, que impediam seu próprio sustento, sob a justificativa de que “Numa família em que todos trabalham, cada um pode contentar-se com um pagamento proporcionalmente menor e a burguesia, com vistas na redução de salário, aproveitou-se largamente da oportunidade [...]” (ENGELS, 1845, p. 119)

Nesse contexto, uma das alternativas encontrada pelas mulheres, para sobreviver à expropriação das terras e perda de poder em relação aos seus corpos e trabalho, foi a prostituição. Le Roy Ladurie (1974) analisa que o crescimento das “mulheres libertinas” era perceptível na Inglaterra e Espanha, de forma que afetava, principalmente, as mulheres pobres do campo e mulheres de artesão.

⁴ Feminista austríaca e integrante da “Troupe Internacional de Mulheres Lutadoras”.

Apesar de ter sido vista como “um mal necessário”, na Baixa Idade Média, Federeci (2017) destaca que com o avanço da reforma protestante e a caça às bruxas, tal profissão passou por fortes restrições. A autora remete-se ao início da perseguição a prostituição, ao destacar que, em Madrid, panfletos passaram a ser distribuídos pelo governo local, a fim de denunciar o problema. No entanto, percebe-se que, tal criminalização era direcionada apenas para a figura feminina, uma vez que o público que financiava tais ações, era visto como “vítima”, reforçando, assim, a ideia de misoginia presente no meio social da época. “[...] muitas mulheres vagabundas estavam agora perambulando pelas ruas da cidade, becos e tavernas, atijando os homens a pecar com elas.” (VIGIL, 1986, p. 114-5 *apud* FEDERECI, 2017, p. 184)

Ademais, ataques violentos a esse grupo tornavam-se mais comum, indo desde banimento de vilas, até afogamentos em “cadeiras de imersão”. A violência sexual também passou a ser banalizada e a ter respaldo legal pelas autoridades francesas e espanholas, quando o estupro de prostitutas deixou de ser crime. A partir dessas decisões

Em Madrid, também foi decidido que as vagabundas e as prostitutas não estavam autorizadas a permanecer e a dormir nas ruas ou sob os pórticos; se fossem pegas em flagrante, deveriam receber cem chibatadas, e depois, ser banidas da cidade por seis anos, além de ter a cabeça e as sobranceiras raspadas (FEDERECI, 2017, p. 185)

A partir desse contexto, a autora relaciona a proibição da prostituição e restrição da mulher no espaço laboral, com o protagonismo desse grupo na execução das atividades domésticas. Isto é, tal exclusão permitiu que a imagem feminina fosse fixada no trabalho reprodutivo, atrelada a má remuneração no ramo industrial, além de ter sido marcada por estereótipos ligados ao cuidado materno e matrimônio. “definia as mulheres em termos – mães, esposas, filhas, viúvas – que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso aos seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos” (FEDERECI, 2017, p. 191)

Desse modo, ocorre a chamada “derrota histórica” das mulheres que, pela perspectiva da autora, transforma a mulher em um “recurso natural” e a torna dependente tanto de seus empregadores, quanto dos homens com os quais são casadas.

Assim, analisa-se a diferença entre a condição social e econômica da mulher no período “pré-acumulação primitiva” e a situação na qual se encontra durante o surgimento da Europa capitalista. A mulher, em tempos anteriores, encontrava-se em relações de poder desiguais na sociedade, todavia, a partir do novo regime capitalista, todo o acesso às terras e a outros bens comuns, além do seu próprio corpo e liberdade, foi redefinido como propriedade do mercado, do Estado e da classe patriarcal dominante.

A partir do contexto histórico apresentado, tem-se que a designação de tarefas a partir do sexo biológico, ainda arduamente presente na sociedade contemporânea, busca explicações respaldadas na ciência e acaba por disseminar uma falácia baseada em uma ideologia naturalista, cultuada desde o início da acumulação primitiva, no século XVI. Esta, segundo Hirata e Kergoat (2007), relaciona diretamente o sexo de um indivíduo com as práticas que este deve exercer durante sua vida em sociedade. Ou seja, se você nasce mulher, naturalmente, você tem um “papel social” a ser cumprido. Geralmente, inferior ao do homem.

O debate acerca dessa discriminação se expressa também no conceito de “divisão sexual do trabalho”, caracterizado por Hirata e Kergoat como “[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos [...]” (2007, p.599). Ou seja, de acordo com elas, essa teoria busca comprovar a existência dessa desigualdade ao compreender a natureza do sistema que a sustenta, tendo em vista a sua formulação histórica e social, que atribui valores produtivos aos homens e reprodutivos às mulheres.

O período da industrialização brasileira, durante o século XX, foi um dos grandes responsáveis pela participação da mulher no espaço laboral. Além da intensificação dos processos nas fábricas, causada pela nova era do excessivo consumo, o autor Guiraldelli (2012) analisa que a incorporação do trabalho feminino, principalmente, nas indústrias, muito se deu por conta dos salários baixos que já lhes eram de costume, das poucas exigências que faziam e da significação mínima na renda domiciliar. Nas palavras da autora: “(...) o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório” (GUIRALDELLI, 2012, p.710). Isto é, até mesmo em cargos que eram,

predominantemente, femininos, as mulheres tinham o seu protagonismo ocultado pela figura masculina, estando submetidas, ainda, à sua autoridade. Enquanto isso, lugares de chefia, supervisão e de maior destaque em geral mantinham-se longe da possibilidade feminina de assumi-los.

Tendo em vista que esses valores são interpretados, muitas vezes, como “imutáveis”, há uma invisível barreira que acaba por não deixar muitas destas se desvinculem do perfil produtivo que lhes é imposto socialmente. Mesmo realizando tarefas fora de suas casas, muitas mulheres ainda são as principais responsáveis pela conciliação do trabalho externo com o trabalho doméstico, reforçando a desigualdade desse grupo no ramo profissional (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 603). Essa culminância de fatores acaba sobrecarregando essas trabalhadoras que, por sua vez, acumulam tantos afazeres que acabam criando o que se chama de “dupla jornada de trabalho”.

Ademais, com o envolvimento cada vez mais forte da mulher com o mercado de trabalho, aquelas que apresentavam condições, passaram a pagar pelo serviço domiciliar de outras. Isso, também, porque muitas empresas partem de um conceito que liga a figura feminina e sua principal prioridade, diretamente, ao lar, pressupondo que não haveria deste modo, uma dedicação por completo ao cargo que exerceriam.

Para Hirata e Kergoat “Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico” (2007, p. 601).

Contudo, para aquelas que agora, além de em suas próprias casas, passariam a prestar serviços em outras residências, a situação torna-se ainda mais complicada. Com pouca, ou quase nenhuma qualificação, ocupando cargos sem prestígio e de pouco valor social, essas trabalhadoras encontram-se expostas à uma maior desvalorização, tanto no salário quanto nas condições em que possam vir a trabalhar, além de nenhum reconhecimento por exercerem uma atividade totalmente sem visibilidade. (GUIRADELLI, 2012, p.712)

O presente capítulo buscou apresentar a construção histórica ideológica de submissão da figura feminina no meio laboral, na sociedade patriarcal capitalista, a fim de analisar as possíveis

origens da desvalorização do perfil feminino produtivo laboral, do seu protagonismo na reprodução e na execução das tarefas domésticas.

No próximo capítulo será apresentada a importância do movimento feminista russo soviético e brasileiro na trajetória da mulher na busca por espaço no mercado de trabalho. Optou-se por estudar o movimento feminista russo-soviético por conta da direta relação que existe entre o que foi discutido no presente capítulo e os materiais analisados para a construção do capítulo seguinte. A partir dessa perspectiva histórica-crítica, o feminismo brasileiro foi estudado traçando-se o movimento histórico e dados da realidade atual das mulheres para dar corpo à análise desse estudo.

CAPÍTULO 02- A luta por direitos das mulheres: as perspectivas russo-soviética e brasileira em questão.

Esse capítulo apresenta dois objetivos do presente estudo. Primeiramente, apresenta a importância do movimento feminista russo no avanço das conquistas da mulher, além de abordar conceitualmente o significado de “feminismo”. Inicia a exposição a partir de Schneider (2017), fazendo um breve diálogo deste referencial com o histórico da classe operária inglesa a partir de Engels (1885). Posteriormente, realiza uma análise da historicidade e do progresso do movimento feminista no Brasil, a partir da metade do século XX, além dos reflexos de tal avanço na relação entre as mulheres e o trabalho local. Para tanto, foram estudados artigos que abordaram tais questões, como “Feminismo, História e Poder”, de Céli Regina Jardim Pinto (2010) e “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro”, da autora Cynthia Sarti (2001).

2.1 - Luta por direitos trabalhistas: movimento feminista russo-soviético.

O livro “A Revolução das mulheres”, escrito pela pesquisadora Gabriela Schneider Urso, em 2017, aborda questões que buscam desmistificar algumas compreensões equivocadas sobre o movimento feminista e, também, relatar, para o seu leitor, que os temas envolvendo as mulheres são tantos, assim como a pluralidade dos grupos empenhados na luta por seus direitos. Em relação a este último tópico, a responsável pela obra realiza um recorte territorial para apresentar os pontos do feminismo e enfatiza seus impactos e transformações na sociedade russa. As contribuições deste movimento na Rússia, além de já apresentarem um percurso histórico sobre a luta das mulheres, influenciaram tanto teórica quanto empiricamente outros movimentos feministas mundiais.

Num primeiro momento, Schneider (2017) ressalta que a mulher e, principalmente, sua função social são alvos constantes de estudos e discussão. Todavia, na maioria dessas análises, a prioridade para destacar o esboço dessa realidade é dada a autores homens, e não às próprias vozes femininas do movimento, ou seja, “[...] quando se trata de discutir a história e as questões

das mulheres russas, os referencias são, em grande parte, textos assinados por homem [...]” (SCHNEIDER, 2017, p.11).

Analogamente, há um estudo da pesquisadora Maria Inês Amarante (2010) a respeito de uma jornalista militante em tempos de Revolução Francesa, Flora Tristan, que retrata a dificuldade que as mulheres encontravam para escreverem em tempos de guerra e revolta. Segundo Amarante (2010), Napoleão restringia e discordava de quaisquer que fossem as vontades de emancipação feminina. “se existe uma coisa definitivamente “anti” francesa, é que elas possam fazer aquilo que desejarem” (ARON, 1980, p.7 *apud* AMARANTE, 2010, p. 3). Nesse contexto, as mulheres não tinham espaço para expressar suas opiniões através dos versos, mesmo que estivessem lutando em prol de objetivos similares aos dos homens que, por sua vez, monopolizavam o ramo da escrita francês.

A fim de enfatizar o protagonismo das russas no avanço de direito das mulheres, a autora destaca que a partir de 1850 – marco da primeira onda do feminismo russo – o movimento encorpa, em seus protestos e manifestações, a organização de publicações que remetam ao tripé: história, política e feminismo. É de suma importância destacar os diversos assuntos que transpassam pela realidade feminina, com o intuito de tirá-los, segundo Schneider (2017), do “subterrâneo”, afinal, é de direito das mulheres que seus assuntos e questões sejam debatidos e reconhecidos assim como qualquer outro.

Como exemplo da qualidade de organização das russas, a pesquisadora traz ao seu público leitor os diversos órgãos associativos que surgiram no período final do XIX e início do XX, que embora tenham sido perseguidos pela falta da liberdade de expressão no período Stalinista, foram de extrema importância para o avanço nas conquistas das mulheres da época. Assim, Schneider destaca que

[...] entre o fim do século XIX e o começo do século XX foram criados inúmeros órgãos associativos, como a Sociedade de Filantropia Recíproca, a Sociedade Russa de Defesa das Mulheres, o Partido Progressista das Mulheres, a União das Mulheres [...] Entre tais instituições destaca-se a União pela Igualdade das mulheres, a maior organização feminista da Rússia. Surgido após a revolução de 1905, o órgão teve de encerrar suas atividades durante a repressão que se seguiu ao fervor revolucionário (SCHNEIDER, 2017, p.12)

Durante o primeiro capítulo do livro, ela ressalta essas características do movimento feminista russo e no quanto elas se diferenciam do ocidental. Conforme a análise de Schneider (2017), o movimento feminista russo soviético propunha uma mudança crítica na estrutura patriarcal da sociedade da época. Para tal, era necessária uma transformação dos valores e costumes impostos às mulheres e, muitas vezes, tidos como inerente a elas.

Buscando uma análise mais profunda acerca dessa diferenciação, a autora traz em sua obra um capítulo destinado a relatar uma parte da real prática desse discurso feminista soviético, analisando sua aplicação no cotidiano.

O ensino de bordado nas escolas de São Petersburgo, por exemplo, tornou-se pauta de uma comissão educacional no ano de 1908, ao ser direcionado tanto para as meninas, quanto para os meninos. Ademais, segundo Schneider (2017) é de extremo valor esse posicionamento das instituições de ensino, afinal, enquanto afazeres domésticos estiverem diretamente ligados com a vida familiar e o tema sobre a responsabilidade de sua execução não for debatido, todo o seu cumprimento será realizado por mulheres.

Segundo a autora, a imprensa burguesa ocidental insiste em reforçar os limites impostos à capacidade intelectual feminina, ao propagar que, no ramo doméstico, as mulheres se expressam e rendem com maior perfeição. O discurso de que “[...] A pessoa só cria algo verdadeiramente grandioso atuando na esfera que melhor corresponde à sua individualidade, e os pequenos cuidados domésticos são os mais apropriados à individualidade da mulher” (SCHNEIDER, 2017, p. 88) é um evidente argumento a favor dessa limitação e, conseqüente, desvalorização da mão de obra feminina. Isto é, os veículos de comunicação responsáveis pelo auxílio na formação de pensamentos e cultura de tantos indivíduos, acabam por tornar evidente seu posicionamento favorável à existência de uma “essência feminina”, assunto que as feministas tanto lutam para desmistificar (PEDRO, 2005 *apud* GALVANE *et al*, 2015).

O feminismo ocidental, por sua vez, no que se refere também às alas liberais, difere-se por, justamente, não propor de tal forma enfática e prioritária essa mudança de pensamento social. Os processos formativos escolares não foram foco de mudanças estruturais da cultura patriarcal que determina papéis sociais diferenciados para homens e mulheres de uma dada sociedade. Ademais, o liberalismo, no que se refere à emancipação da mulher, segundo Carneiro

(2015), não estimula a criticidade no sentido das origens reais da desigualdade de gênero e concorda com o determinismo estipulado às condições sociais que elas venham a possuir. Ou seja, “identificava a origem da opressão feminina na maior força física dos homens” (CARNEIRO, 2015). A autora também ressalta que as questões levantadas pelos movimentos emancipatórios femininos tornavam-se pautas liberais, muitas vezes, por mera “estética”, o que levava suas questões a permanecerem no campo teórico. “Os liberais, por pura estética, colocaram a igualdade feminina como adorno em seu programa. No entanto, sempre que podem, impedem sua execução, considerando que ainda não chegou a hora para tal [...]” (SCHNEIDER, 2017, p. 27)

Ainda no campo das tarefas domésticas, SCHNEIDER (2017) retrata uma realidade vivida em muitas famílias operárias da época. A questão da dupla jornada de trabalho perpassava pela realidade das mulheres russas naquele momento, isso porque, embora muitas fossem ativas no mercado de trabalho, ainda assim ficavam responsáveis pela execução dos afazeres pendentes em suas casas. A figura masculina, no que lhe concerne, tornava-se prestativa, segundo a pesquisadora, quando sabia realizar tais tarefas e quando o momento expressava a necessidade de ajuda. Ou seja, ainda que realizasse parte das tarefas, tal feito não era plenamente presente em suas respectivas realidades.

Se por um lado, no meio operário, os homens se prontificavam a ajudar em seus lares quando a sua participação fosse indispensável, SCHNEIDER (2017) analisa que, na camada social tida como *intelligentsia*, essa “ajuda” era sinônimo de constrangimento.

A *intelligentsia* pode ser definida como “[...] ideia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado” (VIEIRA, 2008, p.69). Ou seja, era um grupo que ocupava um lugar de destaque ao pensar nas mudanças fundamentais em um modelo de sociedade absolutista, mas reproduziam na vida social as diferenças de comportamento e responsabilidades entre os sexos.

Pode-se dizer, então, que embora fosse um movimento construído sobre bases racionais, apresentava, simultaneamente, um caráter de extremo conservadorismo, ao tratar como vergonhoso o trabalho doméstico e destiná-lo exclusivamente ao público feminino.

O mito da essência feminina e seu caráter pejorativo na conquista de direitos das mulheres vêm à tona, novamente, na obra de Graziela Schneider, quando a autora relaciona-o com a escravidão, dissertando que

Todas essas conversas sobre a mulher ser “naturalmente predestinada” à execução dos afazeres domésticos são bobagens semelhantes aos discursos que, na época, os donos de escravos faziam sobre estes serem “naturalmente predestinados à condição de escravo (SCHNEIDER, 2017, p. 89)

É imprescindível como pauta, na luta pela igualdade de direitos, que se esclareçam os reais motivos pelos quais as mulheres protagonizam a dupla jornada de trabalho. Para SCHNEIDER (2017), de nada diferem homens e mulheres para os exercícios do lar, tendo em vista que ambos apresentam em sua individualidade capacidade para tal feito. No entanto, muitas delas acabam sendo amplamente responsáveis pelos afazeres domésticos justamente por seus maridos passarem a maior parte do tempo trabalhando fora de casa. E, embora comecem a constituir o cenário trabalhista junto a eles, permanecem com carga horária diária demasiadamente maçante, pois “[...] à medida que a mulher é cada vez mais forçada a também se dedicar a assegurar seu ganha-pão, os afazeres domésticos tomam um tempo adicional, e não é justo que os homens não contribuam para sua realização.” (SCHNEIDER, 2017, p. 90)

O motivo da ocorrência de tal situação não é inerente à existência de nenhum dos dois seres, mas sim a imposição de valores e costumes que determinam seus lugares na esfera social, inclusive, antes mesmo de nascerem. Dito de outro modo, essa diferenciação apenas se dá pela falta de oportunidades dignas e meramente iguais a todos no mercado de trabalho, reforçando o cultivo da ideia que o trabalho doméstico é referente a grupos com menores capacidades intelectuais, promovendo a desigualdade.

Além disso, a pesquisadora traz como um palpite reflexivo outra razão que pode desencadear a desvalorização da mulher e das atividades domésticas. Analisa que, desde cedo, meninos são educados a se manterem distantes de atividades que envolvam afazeres do lar ou cuidado com a prole, enquanto as meninas são doutrinadas a realização das mesmas.

“As meninas recebem a incumbência de lavar as xícaras, de arrumar a mesa, enquanto para os meninos dizem: O que você está fazendo aqui na cozinha? Por acaso isso é coisa de homem?” (SCHNEIDER, 2017, p. 90). Isto é, já na infância, eles são ensinados a desprezar as

meninas e seus predestinados “papéis sociais” como donas de casa, visto que, no cotidiano, responsabilizam-nas por sua execução, enquanto os meninos são afastados e não participam de tal educação.

Segundo Schneider (2017), um dos principais objetivos de algumas escolas russas ao ensinarem a prática do bordado para todos os alunos é promover a ideia de uma “Escola Livre”, onde crianças, independentemente de serem meninos ou meninas, sejam capazes de já começarem suas formações pessoais sem os preconceitos e limitações que lhes são impostas desde a infância.

A pesquisadora afirma que “A escola livre é uma ardente defensora da educação coletiva, uma vez que considera que o trabalho coletivo e as condições iguais de desenvolvimento favorecem a compreensão mútua e a aproximação espiritual dos jovens de ambos os sexos (...)” (SCHNEIDER, 2017, p. 90).

A instituição escola e seu protagonismo nessa desconstrução ideológica ressalta a importância de abordar estruturalmente o tema da desigualdade a partir da aproximação entre crianças e atividades que estejam presentes em suas vidas. É preciso mostrá-las que todas, em sua perfeita saúde, serão úteis e capazes de realizar trabalhos manuais em seus lares quaisquer que sejam estes, ensinando o verdadeiro valor das atividades domésticas e a necessidade da participação de todos.

A busca pela igualdade no ramo trabalhista não dependia apenas de questões diretamente relacionadas a ele, mas também de um conjunto de direitos – políticos e civis - que, segundo Schneider (2017), eram indispensáveis para o avanço na luta, como o direito ao voto.

Sobre o movimento sufragista feminino russo, a pesquisadora relata que sua realidade passa a ser mais discutida apenas em abril 1905, quando surge a “União pela Igualdade de Direitos das Mulheres”. O objetivo, de acordo com Schneider (2017), era atribuir um caráter plenamente democrático a essa demanda e garantir mais voz no cenário político às mulheres russo-soviéticas. Ou seja, a garantia de uma ideia sufragista “(...) constituída por sete partes – sufrágio universal, direto, igual e secreto, sem distinção de gênero, nacionalidade e religião (...)” (SCHNEIDER, 2017, p. 81)

Todo o empenho na luta, não só pelo direito ao voto, mas também a quaisquer direitos políticos e civis que envolvessem as mulheres, era de imprescindível importância para que, então, passassem a usufruir daquilo que conquistassem através do seu trabalho. Para tal, a autora reforça o que foi dito anteriormente a respeito das características do movimento feminista russo, dizendo que “(...) as mulheres não estão indiferentes a todas as desgraças e infortúnios da nossa vida social (...) seus esforços serão aplicados nas missões educacional e cultural, na amenização do sofrimento e da dor daqueles que as cercam” (SCHNEIDER, 2017, p.21)

2.1.1– Alguns apontamentos sobre o feminismo

Graziela Schneider objetiva também em seu livro esclarecer precipitações a respeito do significado do movimento feminista e reconstruir brevemente alguns caminhos que motivaram a luta.

Primeiramente, Schneider (2017) analisa que a falácia de muitos contrários ao movimento baseava-se na ideia de que estaria sendo organizada uma luta contra o sexo masculino, quando, na verdade, almejava-se, através da maior organização possível de mulheres, o pleno reconhecimento da figura feminina, cada vez mais voz às suas reivindicações e igualdade para essa parcela esquecida da sociedade. Isto é

O feminismo inicia uma luta contra a unilateralidade da ordem social machista, supondo, com razão, que os tempos de párias, de criaturas-operárias sem voz, já passaram e que qualquer ser humano adulto que trabalhe em prol do bem comum tem direito de participar nos assuntos do governo e da sociedade (SCHNEIDER, 2017, p.18)

A autora relata alguns fatos contextualizados em diferentes épocas e sociedades, mas que apresentam o desejo de liberdade das mulheres, tal como um ponto em comum. Schneider (2017) traz um paralelo às questões da Bíblia, onde há escrito, por exemplo, que a culpa pela maçã proibida, comida por Adão, destina-se à Eva. Pode parecer trivial, todavia, com a forte influência que a religião exerce sobre a consciência humana associada à lógica patriarcal dominante, é preocupante que o costume de culpar a mulher pelos prejuízos tomados - mesmo que ela não

tenha os cometido – e de justificar tal fato ocorrido através da sua inerente “inferioridade”, esteja sendo perpetuado até os dias atuais.

Ademais, “(...) sabemos que Jeová, sendo uma divindade do sexo masculino, sentenciou Eva á mais severa pena. E repare, ela foi punida por aquilo que os deuses castigam até hoje: pela colheita de frutos da árvore do conhecimento.” (SCHNEIDER, 2017, p.22). Assim, tem-se que as fontes intelectuais, tais como o conhecimento e o estudo, desde essa época, vem sendo estritamente destinadas ao público masculino, tornando as mulheres participantes de um grupo não adepto a esse mundo.

Em acréscimo à questão da figura de Deus e sua representatividade masculina, pode-se destacar que no filme “A Cabana”, do diretor Stuart Hazeldine⁵, tal ser divino aparece sendo interpretado por uma mulher, assim como o “Espírito Santo”. Para além de todas as explicações conceituais a respeito da narrativa do referido filme, é de extrema importância – e polêmica - que divindades tão influentes durante milênios e, em tantas nações ocidentais, estejam sendo apresentados em corpos femininos, a fim de que o paradigma, que liga figuras extraordinárias e extremamente respeitáveis somente ao sexo masculino, seja quebrado.

Para Schneider (2017), apesar da dificuldade de acesso à educação, muitas mulheres vêm lutando para a derrubada de barreiras que dificultam sua formação educacional e social, para que sua inserção no mercado de trabalho não seja tão dificultada.

A fim de exemplificar e comparar os recortes temporais das lutas, Schneider (2017) traz batalhas protagonizadas pelas “amazonas” contra o “heterismo” em sua obra, as quais, segundo o Dr. Bachofen, grande conhecedor das culturas primitivas, muito se assemelha aos empasses travados pelas mulheres do mundo pós-moderno na luta pela igualdade de direitos. Desse modo, analisa-se que para toda tentativa de domínio do sexo feminino, sempre houve uma reação de resistência. (SCHNEIDER, 2017)

Primeiramente, pode-se definir o heterismo tal como um “termo aplicado aos agrupamentos sociais primitivos, antes do estabelecimento da instituição do casamento, caracterizados pela promiscuidade sexual, onde a mulher pertencia a todos os irmãos do marido” (SCHNEIDER, 2017, p. 22). Sendo assim, Bachofen ressalta que neste período de total

⁵ Roteirista, Diretor e Produtor Executivo Britânico.

desvalorização sexual e moral da imagem feminina, o conceito de “amazoneidade” surge com o intuito de progredir, isto é, segundo o Doutor, ascender social, cultural e economicamente, sem deixar que as mulheres fossem alvos constantes de depravação.

Outrossim, Schneider (2017) remete-se às mitologias gregas, nas quais ambas as figuras divinas – masculina e feminina – aparecem com significativa representatividade perante o povo. Para a autora, embora fosse “(...) possível vencer a mulher fisicamente, escravizando-a por meio do processo de compra e venda chamado de casamento, não era tão fácil reprimir seu espírito.” (SCHNEIDER, 2017, p.23). Em vista disso, tem-se que por mais irreconhecível que fosse seu aspecto físico em relação aos homens, a mulher tinha, em tal regime, o aspecto primordial do conhecimento, como exemplo, a Deusa Pala, originada da cabeça de Zeus e considerada a deusa da sabedoria e arte medicinal.

Deste modo, a mulher apesar de submetida historicamente aos interesses dos homens também resistiam a esta dominação, sendo constantemente espaços de tensão e lutas.

Até esse momento foram apresentadas as formas de resistência e organização das mulheres, utilizando a experiência russa como base para estas questões.

No próximo item, analisa-se o retrato do movimento feminista com recorte territorial brasileiro, realizando, também, uma reconstrução histórica e apresentação de dados atuais da mulher no cenário trabalhista do Brasil.

2.2 – Luta por direitos trabalhistas: movimento feminista no Brasil

Primeiramente, Pinto (2010) destaca em seus textos que a luta feminina sempre esteve presente no decorrer histórico dos contextos sociais e interferindo na realidade das mulheres de todo o mundo.

Nesse sentido, a autora brasileira remete-se ao movimento sufragista ocidental, cujas pioneiras foram mulheres inglesas, como um dos principais reflexos da primeira onda do feminismo em proporções mundiais. Tal processo, iniciado no século XIX, obteve impacto social tamanho que se tornou pauta de filmes anos depois, como “As sufragistas”, de 2015, direcionado

por Sarah Gavron, que tratou de expor cinematograficamente as principais dificuldades organizacionais e de planejamento no início da luta.

A partir de um recorte territorial brasileiro, a autora expande os impactos da luta pelo direito ao voto e traz a principal representante do movimento na época, Bertha Lutz, cientista e

[...] uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. (PINTO, 2010, p.16)

Apesar do direito ao voto ter vindo apenas em 1932, na Era Vargas, Bertha mobilizou outras centenas de mulheres na época, auxiliando no despertar feminino pelo interesse político.

O progresso do feminismo brasileiro trazia, também, reivindicações não só de mulheres esclarecidas e com diplomas de ensino superior, mas daquelas menos abastadas que ocupavam a classe operária.

A “União das costureiras, chapeleiras e classes anexas”, por exemplo, refletia as insalubres condições de trabalho a que mulheres eram submetidas. Assim, em 1917, de forma concomitante às reivindicações das trabalhadoras russo-soviéticas, houve um manifesto político em que contestaram: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35)

Desse modo, a autora analisa que, a partir de 1960, o movimento feminista ocidental passa a agregar mais vertentes ideológicas à luta. Embora, Pinto (2010) ressalte que, entre a década de 30 e 60, questões que envolviam pautas da luta tenham sido parcialmente ocultadas, uma nova onda cultural acarretava em novos valores para a sociedade da época, principalmente entre os jovens.

Pinto (2010) ressalta, dentre tais mudanças, a presença mais acentuada de produções literárias femininas, como o livro “A mística feminina”, de Betty Friedan, que se tornou uma obra diretriz no processo do desenvolvimento feminista da época. Além disso, a criação da pílula anticoncepcional retomava, parcialmente, o sentimento de liberdade e domínio das mulheres sobre os seus corpos, já que, como visto no capítulo 1, no período de transição para o capital, o direito pelas decisões da procriação era restringido pelo Estado e negado às mulheres.

O surgimento de movimentos que abriram espaço para a pluralidade em tendências de música, consumo, moda e estilos de vida, no geral, possibilitaram avanços no discurso da liberdade do gênero feminino, a fim de acrescentar às pautas de luta, a dominação presente nas relações entre os sexos. Assim

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO,2010, p.16)

Entretanto, apesar da segunda onda do feminismo estimular cada vez mais o sentimento de liberdade nas mulheres da época, após a metade do século do XX, o território brasileiro passou por momentos de instabilidade política que não possibilitaram a ascensão de movimentos libertários, com a mesma intensidade dos países europeus, por exemplo.

A partir da abordagem de Sarti (2001), tem-se a origem do feminismo, no Brasil, de maneira simultânea à implantação do regime militar. Dessa forma, embora haja tido a influência mundial das mudanças nos padrões de relação de gênero, nos anos 60, a luta das mulheres enquadrou-se em um cenário de resistência.

Em tal cenário predominava a ideia de que pensamentos divergentes ao do sistema deveriam ser arduamente reprimidos, pois “O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feminista, por entendê-las como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p.17). Dessarte

O atual feminismo brasileiro nasce, nos anos 70, no panorama internacional que instituiu o Ano Internacional da Mulher (1975), favorável, portanto, à discussão da condição feminina e, ao mesmo tempo, no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam implacáveis, as vozes discordantes. (SARTI, 2001, p.32)

As mulheres feministas na Ditadura⁶ militar brasileira apossaram-se da luta armada como um instrumento de represália ao governo da época, passando então, a romper com diversos

⁶ A utilização do termo “Ditadura Militar”, nesse estudo, mantém tal nomenclatura a partir das referências teóricas dos autores estudados. Entretanto, destaca-se que, apesar de não ser o escopo desse estudo a discussão aprofundada sobre esse tempo histórico, entende-se que se tratou de uma Ditadura Civil Militar. Para tanto, ver em: (LARA & SILVA, 2015)

estereótipos de feminilidade a elas relacionados ao longo de tantos anos, o que, para não adeptos do movimento, significava “comportar-se como um homem”. Desse modo

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. (SARTI, p.3, 2001)

Apesar do contexto de movimentos adversos ao regime limitar promover a igualdade em busca de um único objetivo, a devolução do poder às mãos do povo, Sarti (2001) ressalva que depoimentos de mulheres militantes, recolhidos por meio acadêmico e jornalístico, mostravam a necessidade “emancipação” na luta. Tal pontuação contida nesses documentos demonstra que a igualdade de gênero não acontecia nem dentro da própria luta em comum, nem nas formas de repressão distintas para homens e mulheres.

Em relação à segunda, a autora destaca que as repressões por parte dos militares era diferenciada em caso de militantes mulheres, tanto na tortura, em forma de violência sexual, quanto na violência psicológica estendida para a manipulação do vínculo materno, característica particular feminina. Ou seja, tinha-se

[...] a presença da mulher [...] como vítima de uma violência específica. Os depoimentos femininos foram contundentes em revelar um corpo ferido e torturado com base naquilo que identifica o ser mulher em nossa sociedade, dada a forma específica de violência a que a repressão submeteu as mulheres militantes (SARTI, 2001, p.35)

Além disso, muitos artistas arriscavam-se na escrita de textos que expusessem os conflitos sociais vivenciados a partir dos anos 60, como era o caso de Ana Cristina César. Poetisa da geração “marginal” da literatura brasileira, Ana escrevia em represália a ditadura e expressava em alguns textos, como o poema “Soneto”, como era vista a figura feminina na sociedade patriarcal sob a ditadura militar, inclusive no meio artístico.

Soneto

Pergunto aqui se sou louca
 Quem quer saberá dizer
 Pergunto mais, se sou sã
 E ainda mais, se sou eu

Que uso o viés pra amar
 E finjo fingir que finjo
 Adorar o fingimento
 Fingindo que sou fingida

Pergunto aqui meus senhores
 quem é a loura donzela
 que se chama Ana Cristina

E que se diz ser alguém
 É um fenômeno mor
 Ou é um lapso sutil?

(MACHADO, 2005)

Durante a sua escrita, a poetisa destaca em versos, como o da primeira estrofe, a cultura da histeria feminina cultivada secularmente, cujo enfoque é a descaracterização do discurso da mulher em situações como política, trabalho e outras decisões em que a voz dominante, ao longo da história, foi masculina, majoritariamente. Além disso, no trecho “Pergunto aqui meus senhores [...]” Ana Cristina direciona sua indagação aos homens, grande parcela responsável e interessada na manutenção de uma sociedade patriarcal naquele tempo.

Ademais, em prol do retorno democrático para a sociedade brasileira, movimento feminista e Igreja Católica – principal oposição na história da luta – optam por abranger o máximo de pessoas da camada popular contra o sistema governamental autoritário vigente, deixando de lado, portanto, opiniões divergentes a respeito do aborto e estrutura familiar, por exemplo. Os movimentos sociais organizavam-se nesse período, portanto, a fim de mesclar a luta pela igualdade de mulheres de diversas classes sociais. “Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social” (SARTIR, 2001, p.38)

Em acréscimo, vale ressaltar que, assim como Schneider (2017) presumia a necessidade de esclarecer o real significado da luta feminista, Sartir (2001) destaca que para as pioneiras do movimento feminista no Brasil, também foi preciso conviver diariamente com definições e conceitos precipitados.

Tais mulheres conviveram não só com o desafio de conscientização da igualdade entre homens e mulheres, mas também, com a necessidade de romper estereótipos e ideias cultivados a respeito da luta.

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. (SARTIR, 2001, p.39)

A partir da década de 80, a organização das mulheres brasileiras incorporava um perfil cada vez mais consistente no sentido político e era possível perceber o aumento da representatividade feminina em diversos setores sociais, como sindicatos, partidos e cargos, antes, predominantemente masculinos. (SARTIR, 2001)

Pinto (2010) remete-se a democratização como um período de real expansão e avanço do movimento, uma vez que se iniciava um direcionamento de tal grupo contra as margens da clandestinidade. Mulheres exiladas passavam a retornar para o Brasil e junto àquelas de locais mais pobres, começavam a desconstrução de um feminismo só para mulheres elitizadas.

Essa união proporcionou o que a autora chama de “uma das maiores vitórias do feminismo”, cujo nome é “Conselho Nacional da Condição da Mulher”, CNDM, que, criado em 1984, auxiliou na inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. Ademais, Pinto (2010) acrescenta que a Carta Constitucional brasileira é uma das que mais garante direitos às mulheres em todo o mundo.

A autora analisa que, embora o progresso tenha sido determinante, alguns planos de governo sucessores ao regime militar, limaram a importância de um ministério em que questões correspondentes à realidade feminina fossem abordadas. Desse modo

O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente. (PINTO, 2010, p. 17)

Pinto (2001) ressalta que um dos principais levantamentos da última década do século XX era a persistência da violência doméstica, um tipo de ataque sofrido por mulheres através dos seus próprios companheiros. Por meio de reivindicações e maior participação no meio político, houve, além da criação da Delegacia Especial da Mulher, a promulgação da “Lei Maria da Penha” (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que resultou em mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.” (PINTO, 2010, p.17)

Ademais, Sarti (2001) traz o reconhecimento do feminismo como um movimento social, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma importante alavanca para tirar a luta das margens da clandestinidade. A intenção de levar pautas do movimento feminista à figura do Estado, a fim de integrar mulheres na política e desenvolver medidas que as protegessem no cotidiano, trouxe a necessidade de uma “profissionalização”, que consistiu numa maior participação em ONG’s (Organizações Não-Governamentais).

Apesar da repressão durante a Ditadura Militar cercear a liberdade de expressão, principalmente, das mulheres feministas, mudanças no âmbito trabalhista e escolar favoreceram a ascensão social das mulheres a partir dos anos 70 até os dias atuais.

Na década de 80, a partir da redemocratização, cada vez mais mulheres conseguiram conquistar espaços em cargos de protagonismo masculino, iniciando gradativamente, assim, uma abertura para as mulheres no âmbito profissional, a partir das pautas de lutas.

Pode-se perceber tal aplicabilidade, através do livro “Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais”, que demonstra o crescimento de mulheres ativas no mercado de trabalho, entre 1985 e 1995, em 16,5%. Além disso, tem-se que, conseqüentemente, a participação das mulheres no PEA (População Economicamente Ativa) elevou para 63%, durante esse recorte temporal decenário, no período pós Ditadura. Assim, obteve-se um “[...] crescimento que, em termos absolutos, importou no afluxo de 12 milhões de novas trabalhadoras em um período de dez anos.” (GUIMARÃES & ALVES DE BRITO, 2016, p. 75)

Tais autores destacam, ainda, que o perfil da trabalhadora brasileira sofreu alterações entre o período durante e pós-regime militar. Para eles, as principais modificações foram em relação à idade, maternidade e matrimônio, sendo essas duas últimas, características cultivadas particularmente para a imagem feminina ao longo da história. Desse modo, tem-se que “De fato,

até os anos 1970 a mulher brasileira que disputava posições no mundo do trabalho era majoritariamente jovem, solteira e sem filhos. Desde meados da década de 1990 ela tornou-se mais velha, casada e mãe.” (GUIMARÃES & ALVES DE BRITO, 2016, p. 75)

A partir de dados analisados na pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015”, divulgado pelo IPEA e de autoria das pesquisadoras Natália Fontoura, Marcela Rezende, Ana Laura Lobato e Joana Mostafa, em 2016, notam-se mudanças no cenário trabalhista através de um recorte temporal mais recente.

Fontoura *et al* (2016) analisa que muitos lares brasileiros, a partir de 1995, passaram a ter como principal fonte de renda, mulheres, sem que essas precisem ser solteiras. Isto é, muitas chefias domiciliares são femininas, mesmo com cônjuge presente. Assim, “Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência; vinte anos depois, este número chega a 40%” (FONTOURA *et al*, 2016, p.1)

Outro avanço trazido pelas autoras, embora tardio, ocorreu em relação às diferenças de raça dentro do próprio grupo de mulheres. De fato, mulheres negras são as principais vítimas do preconceito e desvalorização da mão de obra, culturalmente enraizados pelos resquícios da escravidão, haja vista que tais reflexos tornam-nas o principal alvo da desocupação. No entanto, é indiscutível, também, que na área da educação, o índice de figuras femininas, principalmente negras, cresceu entre 1995 e 2015, propiciando assim, sua inserção no meio trabalhista. Nesse sentido, nota-se que

Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. (FONTOURA *et al*, 2016, p.1)

Embora os progressos citados sejam de extrema importância para a continuação da luta feminista nos dias atuais, é notório que os impasses para que as mulheres consigam ascender no meio social, econômico, político e profissional ainda encontram-se presentes no século XXI. A partir disso, Fontoura *et al* (2016) analisa que nas últimas duas décadas o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho estagnou, não conseguindo ultrapassar um determinado “limite”. Assim “Entre 1995 e 2015, a taxa de participação feminina pouco oscilou

em torno dos 54-55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho.” (FONTOURA et al, 2016, p.2)

Desse modo, o presente capítulo buscou analisar a historicidade do feminismo no Brasil, destacando as conquistas das mulheres brasileiras, mas, também, as principais dificuldades de sua organização, uma vez que sua fomentação passou pelo período do regime ditatorial militar. Ademais, analisaram-se dados referentes à situação feminina no mercado de trabalho brasileiro, constatando que apesar da indiscutível ascensão profissional e educacional da mulher, os homens continuam favorecidos em cargos e posições no mundo laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve como pilar os reflexos da construção do patriarcado na desvalorização da mulher no meio social, inclusive trabalhista. Ademais, foi de suma importância para a concretização do trabalho, analisar a participação de certos movimentos feministas, como o russo-soviético e o brasileiro, no desdobramento da problemática.

Primeiramente, nota-se que a hipótese desse estudo foi parcialmente confirmada. Tal fato ocorre porque, de início, tinha-se que a participação das mulheres no trabalho deu-se a partir de um contexto intensificado por guerras, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Entretanto, por meio da revisão de literatura até aqui realizada, pode-se constatar que os conflitos e guerras não originaram, mas sim, intensificaram a transição das mulheres para o mundo laboral.

Ademais, a pergunta de por que e o como a sociedade capitalista, historicamente, submete e desvaloriza a mulher a papéis secundários dentro do mercado de trabalho foi respondida. A partir dos autores, obras e contribuições trazidos durante o estudo, notou-se que a sociedade patriarcal burguesa buscou a privação dos corpos femininos, muitas vezes com aval estatal, e a limitação do perfil feminino por meio do cultivo de estereótipos, como o da obrigatoriedade materna e afazeres domésticos, para resultar em mais lucro e mão de obra barata para a classe masculina dominante.

É de entendimento da pesquisadora que a apreciação desfavorável do perfil feminino produtivo no labor estende-se na sociedade desde a origem do patriarcado. Todavia, a fim de estabelecer um recorte temporal, houve uma limitação de tal desvalorização, a partir da transição de uma sociedade feudal europeia para o sistema capitalista, cujos impactos alcançaram, inclusive, outros continentes, como a América do Sul. Analisou-se, portanto, não a origem da desigualdade entre homens e mulheres, porém o agravante dessa problemática, enfaticamente no meio laboral, num período antes e durante o início da implantação do sistema capitalista.

Entende-se, ademais, que a organização dos movimentos feministas ocorre em diversos países ao redor do mundo, além dos analisados anteriormente. Desde as pioneiras inglesas na luta pelo direito ao voto, até as recentes feministas islâmicas, as mulheres vêm se organizando a fim do igual reconhecimento civil, social, econômico e político.

No entanto, a escolha do feminismo russo-soviético deu-se pela relação direta das suas pautas de luta com a as limitações prejudiciais às mulheres que foram ocorrendo a partir do patriarcado, analisado no primeiro capítulo.

Já, o feminismo brasileiro foi analisado por conta do desejo de se estudar a realidade vivida pela pesquisadora e, também, a fim de aumentar os números de estudos acadêmicos sobre tal assunto, no Brasil, uma vez que foram encontrados certos limites bibliográficos a respeito da situação desvalorizada das mulheres brasileiras.

Ademais, o pouco tempo disponibilizado para a realização da pesquisa não possibilitou um recorte geográfico mais amplo a fim da análise e comparação de mais organizações de luta.

As perspectivas futuras baseiam-se na continuidade do projeto de pesquisa para a área acadêmica, expandindo os enfoques estabelecidos para uma futura área de conhecimento, a fim de agregar o debate do patriarcado e dos movimentos feministas ao máximo de pessoas possível.

O intuito do progresso do presente estudo, além da conscientização social sobre a real situação feminina, principalmente no mundo laboral, é tornar o assunto cada vez mais frequente tanto no âmbito da pesquisa científica, quanto em áreas mais básicas, como instituições escolares, a fim de começar a desconstrução da desigualdade de gênero utilizando a ferramenta da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Maria Wisner. Disponível em: <http://obscurofichario.com.br/fichario/maria-wiesner/> Acesso em agosto. 2018.
- AMARANTE, Maria Inês. *Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas*. Rev. katálysis[online]. 2010, vol.13, n.1, pp.110-118. ISSN 1982-0259. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802010000100013>>. Acesso em junho. 2018.
- ASSUNÇÃO, Diana. *A classe operária feminina no Brasil hoje*. Esquerda Diário. [online]. 2015.
- BRUGGEMANN, Odaléa Maria; PARPINELLI, Mary Ângela. Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 563-568, Sept. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342008000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em dezembro. 2018.
- CARNEIRO, Henrique. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado; um texto atual*. Blog Esquerda Online. [online]. 2007, nº 15, pp. 97-108. <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=4521>>. Acesso em maio. 2018.
- DE PAIVA ABREU, Alice Rangel et al. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo; Editora Boi Tempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Disponível em: https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fmarxismo21.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F02%2FTrabalhadores-Friedrich-Engels.-A-situa%25C3%25A7%25C3%25A3o-da-Classe-Oper%25C3%25A1ria-em-Inglaterra.pdf&h=AT2auWytHdvUU8FHP3THQcO4vQ57wyBFH3Y7g_tO8UDcXnXyZrNFthy76S10XOgLYBMvJCIY3YeH9_SagN_NF4SxWHTOpM63IV7WtX4tKdyqmNvtCBkaawneHj-b73cuRA Acesso em agosto. 2017.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo; Editora Elefante, 2017.
- FONTOURA, Natália; REZENDE, Torres Marcela; MOSTAFA, Joana; LOBATO, Laura Ana. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015. IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf> Acesso em novembro. 2018.
- GALVANE, Fabiana et al. *Mulheres em cargos profissionais de chefia: o paradoxo da igualdade*. Revista de Psicologia, v.27, n.3, p. 301-309, Dezembro 2015. <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/919>>. Acesso em setembro. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel and SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de Pesquisa. 1. ed. [S. 1]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 122 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em dezembro. 2018.

GUIRALDELLI, Reginaldo. *Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.27, n.3, p.709-733, Dezembro 2012. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000300014>>. Acesso em outubro. 2017.

HIGA, Flávio da Costa. *Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?* Revista Direito GV [online], vol.12, n.2, pp.484-515, Agosto 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201620>>. Acesso em outubro. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, Dezembro 2007 <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>>. Acesso em outubro. 2017.

LARA, Ricardo and SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. Serv. Soc. Soc. [online]. 2015, n.122 [cited2018-11-13],pp.275-293. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200275&lng=en&nrm=iso. Acesso em novembro. 2018.

MACHADO, Carlos. Soneto. [online]. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet122.htm>>. Acesso em dezembro. 2018.

MICHAELIS. Dicionário online. Disponível em:<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=WoVbY> . Acesso em maio. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORI, Klára Kaiser; WHITAKER, João; LINK, Volker e FONSECA, Nuno . Verbetes de economia política e urbanismo. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/cercamentos/index.html Acesso em julho. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 18, n. 36, p. 15-23, June 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em novembro. 2018.

SARTI, Cynthia A.. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cad. Pagu, Campinas , n. 16, p. 31-48, 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em novembro. 2018.

SCHNEIDER (ORG.), Graziela Schneider (Org.). A Revolução das Mulheres: Emancipação feminina na Rússia Soviética. 1. ed. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2017. 276 p. Disponível em:

<<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/a-revolucao-das-mulheres-644> >. Acesso em: dezembro. 2017.

SCHOBBER, Juliana. A trajetória da discriminação das mulheres. *Cienc. Cult.*, São Paulo , v. 55, n. 4, p. 53, Dec. 2003 . Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em agosto. 2018.

TRINDADE, Francisco. Os desempregados são o exército industrial de reserva do capitalismo, 2013. Disponível em: <http://franciscotrindade.blogspot.com/2013/07/os-desempregados-sao-o-exercito.html> . Acesso em agosto. 2018.

VAN DER LINDEN, Marcel. O CONCEITO MARXIANO DE PROLETARIADO: UMA CRÍTICA. *Sociol. Antropol.* [online]. 2016, vol.6, n.1, pp.87-110. ISSN 2236-7527. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752016v6i14>. Acesso em julho. 2018.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História e Educação*, Julho 2008 <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/109/120>>. Acesso em abril. 2018.